



Advogada e delegados da PF fazem cruzada para censurar jornalista

Entre tantas guerras jurídicas que se iniciaram com a operação "lava jato", uma parece não ter fim. São as tentativas de delegados da Polícia Federal de tentar censurar o blog do jornalista Marcelo Auler por meio dos serviços da advogada Márcia Eveline Marena.

Se o sobrenome da doutora chamou a atenção, não é por acaso. Trata-se da irmã de Érika Marena, primeira delegada da operação "lava jato" e que atualmente comanda o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), nomeada por Sergio Moro, ministro da Justiça.

O [último episódio](#) foi o caso envolvendo o delegado Eduardo Mauat da Silva. Representado por Márcia Eveline, ele tentou censurar Auler por conta de uma reportagem que informa que o servidor recebeu R\$ 90 mil em diárias para atuar na "lava jato".

Multiplicação dos foros

Antes de representar Mauat, Márcia Eveline entrou em 2016 com três processos idênticos em nome do delegado da PF Moscardi Grillo também buscando censurar o blog de Auler.

O primeiro processo foi ajuizado no dia 30 de março no 8º Juizado Especial Cível de Curitiba. Depois, no 11º Juizado Especial Cível de Curitiba, na noite de 13 de abril. Menos de 24 horas depois, sem conseguir a liminar concedendo a censura, às 12h31min do dia 14, protocolou pedido idêntico na 1ª Vara Descentralizada do bairro de Santa Felicidade, também em Curitiba.

Neste último foro, a censura foi inicialmente autorizada. Depois de idas e vindas, os processos foram extintos e as notícias puderam ficar no ar para serem lidas por quem convier.

As notícias que Moscardi queria censurar relatam o processo de sindicância que ele comandou sobre o grampo encontrado na cela do doleiro Alberto Yousseff e que criou mordomias na sede da PF, enquanto ao mesmo tempo, a entidade alegava falta de verbas para despesas básicas. Todos os textos podem ser lidos [aqui](#).

Laços de família

Márcia Eveline também fez negócios em família. Representou a irmã Érika em 2016, na época delegada da PF, em uma outra tentativa de censurar Auler. O caso correu no 8º Juizado Especial Cível de Curitiba e, inicialmente, a censura foi autorizada, e Auler foi condenado a pagar R\$ 10 mil à delegada.

A decisão foi totalmente refeita um ano depois, quando a 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Curitiba acolheu, por unanimidade, o voto da juíza Maria Fernanda Scheidemantel Nogara Ferreira da Costa.

Érika Marena tentava censurar reportagens nas quais Auler relata que, quando delegada, vazava informações sigilosas de operações para a imprensa.

Caso do Reitor

Marena também tem um episódio trágico no currículo. Após sair de Curitiba e da "lava jato", foi para



Santa Catarina. Lá, comandou uma operação que investigava corrupção no núcleo de ensino à distância e resultou na prisão preventiva do reitor da Universidade Federal, Luiz Cancellier. O professor foi solto e se suicidou logo em seguida. O inquérito não apresentou qualquer prova até agora.

Date Created

26/12/2019